



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900.44/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2364/2026

UASG 926552 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREZINHO/PR

#### OBJETO

Registro de Preços para aquisição de combustíveis gasolina, etanol, óleo diesel e óleo diesel S10, destinados aos veículos e máquinas pertencentes à frota do município de Jacarezinho/PR.

#### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.932.364,08 (quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos).

#### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 13/07/2026 às 09:00 horas (horário de Brasília)

#### CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Maior desconto por item

#### MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

#### EDITAL PARA AMPLA CONCORRÊNCIA - LOCAL

#### MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico Nº 900.44/2026	Data de Abertura: <b>13/07/2026 às 09h00min.</b>
Processo Administrativo nº 2364/2026	No sítio: <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>

<b>Objeto</b>			
Registro de Preços para aquisição de combustíveis gasolina, etanol, óleo diesel e óleo diesel s10, destinados aos veículos e máquinas pertencentes à frota do município de Jacarezinho/PR.			
PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA AMPLA PARTICIPAÇÃO.			
<b>Valor Total Estimado</b>			
R\$ 4.932.364,08 (quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos).			
<b>Registro de Preço</b>	<b>Visita</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>
SIM	NÃO	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	MAIOR DESCONTO POR ITEM
<b>Documento de Habilitação</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>SICAF e documentos estipulados no TR</b>		<b>Requisitos Específicos:</b> Conforme estipulado em Termo de Referência	
<b>Exclusiva ME/EPP</b>	<b>Reserva de Cota ME/EPP</b>	<b>Exige Amostra</b>	
NÃO	NÃO	NÃO	
<b>Prazo para envio da proposta/documentação</b>			
Conforme item 5, 6 e 7 do Edital. - Até 2 (duas) horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.			
<b>Pedidos de Esclarecimentos</b>		<b>Impugnações</b>	
Até 3 (três) dias antes do recebimento das propostas para o endereço: <a href="mailto:licitacao@jacarezinho.pr.gov.br">licitacao@jacarezinho.pr.gov.br</a> .		Até 3 (três) dias antes do recebimento das propostas para o endereço: <a href="mailto:licitacao@jacarezinho.pr.gov.br">licitacao@jacarezinho.pr.gov.br</a> .	
<b>Observações Gerais</b>			
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO E FECHADO – MAIOR DESCONTO POR ITEM e os lances deverão respeitar o intervalo MÍNIMO de: 0,01			
<b>Recebimento das Propostas no sistema a partir de:</b>		<b>Início da Sessão Pública e Disputa de Lances</b>	
<b>Das 08H00MIN, 30/06/2026</b>		<b>09H, 13/07/2026</b>	



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 900.44/2026

Processo Administrativo nº 2364/2026

Torna-se público, que o MUNICÍPIO DE JACAREZINHO, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.966.860/0001-46, com sede à Rua Cel. Batista, n.º 335, Centro, CEP 86.400-000, nesta cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, em observância ao seu Regulamento Interno de Compras, a Lei Complementar nº 123/2006, suas modificações e a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 9.616 de 01/02/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, torna público a realização de licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 900.44/2026, do tipo **MAIOR DESCONTO POR ITEM** em modo de disputa ABERTO E FECHADO.

#### 1. OBJETO

1.1. Constitui o objeto da presente licitação a Registro de Preços para aquisição de combustíveis gasolina, etanol, óleo diesel e óleo diesel s10, destinados aos veículos e máquinas pertencentes à frota do município de Jacarezinho/PR, mediante futura contratação por Sistema de Registro de Preços, com execução parcelada e sob demanda, no termo de referência e demais anexos.

1.2. A licitação será realizada por **ITEM**, conforme exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MAIOR DESCONTO POR ITEM**.

1.4. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.5. As empresas interessadas em participar desta licitação, DEVERÃO LEVAR EM CONTA COMO BASE PARA A ELABORAÇÃO DE COTAÇÃO E PARTICIPAÇÃO, os descritivos detalhados, estipulados em edital (termo de referência e demais anexos). Itens que não atenderem ao descritivo do edital (termo de referência e demais anexos) serão desclassificados.

#### 2. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação são de dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município de Jacarezinho/PR.

2.2. O valor global estimado para objeto desta licitação é de R\$ 4.932.364,08 (quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos).

2.3. O valor total desta licitação é de 4.932.364,08 (quatro milhões, novecentos e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos), porém para o envio de lances em sistema, o valor lançado será de R\$ 100,00, para atender ao critério de julgamento do MAIOR DESCONTO, sendo R\$ 100,00 para cada item, conforme a tabela abaixo.

VALOR INDICADO NO SISTEMA	VALOR DE DESCONTO SOBRE A TABELA DA ANP
100,00	0%
99,99	0,01%
99,98	0,02%



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

99,97	0,03%
99,00	1%
98,00	2%
95,00	5%
90,00	10%
80,00	20%

### 3. DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

### 4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar deste certame **todas e quaisquer empresas, regularmente estabelecidas no município de Jacarezinho-Pr**, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#) e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

4.7. Não poderão disputar esta licitação:



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

- 4.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 4.7.3. sociedades cooperativas;
  - 4.7.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.7.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 4.7.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 4.7.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 4.7.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 4.7.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 4.7.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 4.7.11. agente público do órgão ou entidade licitante;
  - 4.7.12. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
  - 4.7.13. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
  - 4.7.14. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.8. O impedimento de que trata o item 4.7.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7.55 e 4.7.68.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.11. O disposto nos itens 4.7.55 e 4.7.68.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

4.13. A vedação de que trata o item 4.7.11.11 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.11.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.7.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.8. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

- 5.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 5.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 5.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 6.1.1. DESCONTO unitário;
  - 6.1.2. Marca;
  - 6.1.3. Quantidade cotada;
  - 6.1.4. Descrição do objeto, contendo o descritivo conforme à especificação do Termo de Referência;
- 6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.2.1. *O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.*
- 6.3. Nos DESCONTOS propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4. **Os DESCONTOS ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.10. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.12. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.13. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

### **7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÕES DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de 0,01%*.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. O modo adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.3. Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da IN SEGES/ME nº 73, de 2022, incluído pela IN SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.11.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.11.5. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.6. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133 de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

7.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

7.19.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

7.21.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado do Paraná;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.21. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

### 8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.76 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado

8.5.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

8.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

8.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.1. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.2. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.3. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.4. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

- 8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
- 8.14. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.15. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.16. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.17. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

### 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por documento digital.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

9.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

9.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (DUAS) HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.**

9.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

9.11.3.

9.11.4. Para fins de validade dos documentos de habilitação, serão considerados válidos os documentos vigentes na data da solicitação da Pregoeira.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

9.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.17. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

9.18. Se a licitante for a matriz, todos os documentos de habilitação deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.19. ***Caso os documentos de habilitação não mencionarem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.***

9.20. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez, constatada a existência de alguma restrição no que tange à



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada, para no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.21. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.22. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.23. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

### 10. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

### 11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos no art. 26 da Lei nº 14.133 de 2021; e



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.

11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## 12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 15 (quinze) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://jacarezinho.gov.br.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=1> e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

13.16. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

13.16.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### 14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, por meio do endereço eletrônico: [licitacao@jacarezinho.pr.gov.br](mailto:licitacao@jacarezinho.pr.gov.br).

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### 15. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

15.1. A contratada/detentora de ata de registro de preços que tenha sido declarada, temporária ou permanentemente, incurso em práticas de corrupção em licitações e/ou em execução de contratos, está sujeita às sanções previstas na legislação vigente. Se de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um representante do CONTRATANTE, servidor ou quem atue em seu lugar e/ou contratada/detentora de ata de registro de preços, incorreu em práticas corruptas contrárias aos mais altos níveis éticos, o licitador, poderá:

- a) Rejeitar qualquer proposta de adjudicação relacionada com o respectivo processo de aquisição ou contratação;
- b) Declarar a contratada/detentora de ata de registro de preços inelegível, temporária ou permanentemente, para participar em futuras licitações ou contratos.

15.2. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

15.3. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) **“prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) **“prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) **prática conluiada**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) **“prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) **“prática obstrutiva”**: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

15.4. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

15.5. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a contratada/detentora de ata de registro de preços concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

15.6. Demais condições previstas na Lei 14.133/21.

### 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://jacarezinho.gov.br.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=1> e [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 16.11.2. ANEXO II – Modelo de Proposta Final
- 16.11.3. ANEXO III – Documentos necessários para Habilitação
- 16.11.4. ANEXO III – Modelo de Minuta de Ata de Registro de Preços

Jacarezinho, 25 de junho de 2026.

**ANA PAULA FORMAGIO**  
**DIRETORA GERAL DE LICITAÇÃO**



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA AQUISIÇÕES (Lei Federal nº 14.133/2021 – Município de Jacarezinho/PR)

#### 1 DO OBJETO

**1.1** O presente termo tem por objeto a futura e eventual aquisição de combustíveis, destinados ao atendimento das necessidades de manutenção e operação da frota de veículos e máquinas deste Município;

**1.2** Os itens do objeto caracterizam-se como bens comuns, de consumo imediato e natureza contínua, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo mercado e pelas normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis);

**1.3** Será utilizado Sistema de Registro de Preços pela sazonalidade e imprevisibilidade do consumo exato, bem como pela imprescindibilidade de assegurar o suporte logístico aos serviços públicos essenciais, evitando-se a descontinuidade das atividades administrativas e operacionais;

**1.4** Ressalte-se que a Administração encontra-se em fase de planejamento para a implementação de uma Plataforma Tecnológica Inteligente de Gestão de Abastecimento. Nesse sentido, a contratada deverá assegurar a compatibilidade e a disponibilidade dessa funcionalidade, caso a referida implementação ocorra durante a vigência contratual;

**1.5** Todavia, a inexistência momentânea ou eventual inviabilidade da contratação desta plataforma não impede a presente contratação, uma vez que o município dispõe de mecanismos de fiscalização direta que asseguram o estrito cumprimento do contrato;

**1.6** Dessa forma, garante-se que a execução do objeto não sofra solução de continuidade por interdependência de terceiros ou de sistemas tecnológicos, mantendo-se a autonomia do fornecimento de combustíveis como atividade essencial.

#### 2 JUSTIFICATIVA

O combustível é o insumo indispensável para a movimentação da frota oficial, que atenderá os serviços das secretarias abaixo:

##### **2.1 Secretaria de Administração**

**2.1.1** Aspecto Operacional: A inexistência do fornecimento de combustível comprometerá diretamente a utilização da frota municipal, inviabilizando deslocamentos administrativos, transporte de documentos, atendimento às demandas internas da Administração Pública e demais atividades essenciais desempenhadas pelos veículos oficiais;

**2.1.2** Aspecto Administrativo: A contratação visa garantir o abastecimento contínuo da frota, proporcionando melhor planejamento logístico, controle de consumo, economicidade e eficiência na gestão pública municipal;

**2.1.3** Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e orientações dos órgãos de controle;

**2.1.4** Aspecto Social e Interesse Público: A contratação impacta diretamente na continuidade dos serviços administrativos prestados à população de Jacarezinho, garantindo suporte às atividades das diversas secretarias e setores municipais.

##### **2.2 Secretaria de Agricultura**

**2.2.1** Aspecto Operacional: A inexistência do objeto comprometerá diretamente a execução das atividades administrativas, operacionais e de campo realizadas pela frota municipal, incluindo deslocamentos de servidores, transporte de materiais, atendimento às demandas urbanas e rurais, manutenção de estradas, coleta de resíduos, serviços ambientais e demais ações essenciais desenvolvidas pela secretaria e demais órgãos da Administração;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

2.2.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal;

2.2.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;

2.2.4 Aspecto Social e Interesse Público: A contratação impacta diretamente na prestação de serviços à população de Jacarezinho, especialmente na área de agricultura, pecuária e meio ambiente;

### 2.3 Secretaria de Assistência Social

2.3.1 Aspecto Operacional: A contratação é indispensável para garantir o pleno funcionamento da frota de veículos da secretaria municipal de Assistência Social, assegurando condições adequadas para realização das atividades administrativas e operacionais;

2.3.2 Os veículos são utilizados continuamente para as visitas domiciliares, atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, acompanhamento de usuários dos serviços socioassistenciais, deslocamento de servidores, transporte de documentos e materiais, apoio às atividades administrativas dos departamentos, participação em capacitações, reuniões e ações institucionais, execução de serviços administrativos externos;

2.3.3 O fornecimento contínuo de combustíveis evita paralisações, garante maior eficiência operacional e assegura a continuidade das atividades essenciais da Secretaria. Além disso, a contratação permite melhor planejamento administrativo, controle de consumo e gestão da frota municipal;

2.3.4 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal.

2.3.5 Aspecto Legal e Normativo: A presente contratação atende às disposições da Lei nº 14.133/2021, à legislação municipal correlata, bem como às orientações dos órgãos de controle interno e externo, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento e interesse público;

2.3.6 Aspecto Social e Interesse Público: A presente contratação possui relevante interesse público, considerando que os serviços executados pela secretaria de Assistência Social atendem diretamente famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social;

2.3.7 A interrupção do fornecimento de combustíveis poderá ocasionar prejuízos diretos ao atendimento da população usuária dos serviços assistenciais, comprometendo a execução das ações públicas e o atendimento das demandas sociais do Município. Assim, a contratação visa assegurar eficiência, continuidade e qualidade na prestação dos serviços públicos essenciais.

### 2.4 Chefia do Poder Executivo

2.4.1 A inexistência do fornecimento de combustível comprometerá diretamente a utilização da frota municipal, inviabilizando deslocamentos administrativos, transporte de documentos, atendimento às demandas internas da Administração Pública e demais atividades essenciais desempenhadas pelos veículos oficiais;

2.4.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa garantir o abastecimento contínuo da frota, proporcionando melhor planejamento logístico, controle de consumo, economicidade e eficiência na gestão pública municipal;

2.4.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e orientações dos órgãos de controle.

2.4.4 Aspecto Social e Interesse Público: A contratação impacta diretamente na continuidade dos serviços administrativos prestados à população de Jacarezinho, garantindo suporte às atividades das diversas Secretarias e setores municipais.

### 2.5 Secretaria de Comércio, Indústria

2.5.1 Aspecto Operacional: A ausência de combustível comprometerá diretamente o deslocamento de servidores, atendimento operacional, fiscalização, visitas técnicas e demais atividades administrativas



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

realizadas pela Secretaria;

2.5.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal;

2.5.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;

2.5.4 Aspecto Social e Interesse Público: A manutenção do abastecimento da frota é essencial para garantir a execução dos serviços públicos e atendimento das demandas institucionais.

### 2.6 Secretaria de Conservação Urbana

2.6.1 Sob o aspecto operacional, o fornecimento de combustível para a Secretaria Municipal de Conservação Urbana é fundamental para garantir o pleno funcionamento das atividades operacionais desenvolvidas diariamente pela pasta. O abastecimento contínuo da frota municipal assegura a execução ininterrupta dos serviços de limpeza pública, conservação de vias urbanas, manutenção de praças, recolhimento de resíduos, transporte de equipes e operação de máquinas e equipamentos utilizados nas ações de conservação urbana;

2.6.2 A demanda operacional da Secretaria exige a utilização permanente de veículos leves, caminhões, tratores, máquinas pesadas e equipamentos motorizados, os quais dependem diretamente do fornecimento regular de combustível para o cumprimento das rotinas de trabalho e atendimento das necessidades da população;

2.6.3 A ausência ou descontinuidade no abastecimento poderá comprometer significativamente a prestação dos serviços públicos essenciais, ocasionando atrasos nas atividades programadas, prejuízos à manutenção da infraestrutura urbana e impactos negativos nas condições de limpeza, conservação e mobilidade urbana do Município;

2.6.4 Dessa forma, a contratação visa garantir eficiência operacional, continuidade administrativa, economicidade e controle no abastecimento da frota, proporcionando melhores condições para a execução das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Conservação Urbana;

2.6.5 Aspecto Administrativo: Sob o aspecto administrativo, o fornecimento de combustível para a Secretaria Municipal de Conservação Urbana possui caráter administrativo essencial, considerando a necessidade de garantir suporte contínuo às atividades institucionais, operacionais e logísticas desenvolvidas pela Secretaria no exercício de suas atribuições;

2.6.6 O fornecimento regular de combustível é indispensável para assegurar o funcionamento da frota oficial utilizada no deslocamento de servidores, fiscalização de serviços, acompanhamento de equipes, transporte de materiais e execução das ações administrativas e operacionais relacionadas à conservação urbana do Município;

2.6.7 Sob o aspecto administrativo, a contratação possibilita melhor planejamento da gestão pública, controle de consumo, organização das rotinas de abastecimento e otimização dos recursos públicos, contribuindo para maior eficiência na execução dos serviços e no gerenciamento da frota municipal;

2.6.8 Além disso, o fornecimento busca evitar descontinuidade das atividades administrativas e operacionais da Secretaria, garantindo condições adequadas para o cumprimento das demandas diárias, atendimento ao interesse público e manutenção da qualidade dos serviços prestados à população;

2.6.9 Aspecto Legal e Normativo: A contratação atende às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, à legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle, garantindo que a aquisição ocorra de forma regular, transparente e em conformidade com os princípios da legalidade, economicidade e eficiência;

2.6.10 Aspecto Social e Interesse Público: Sob o aspecto social, o fornecimento de combustível para a Secretaria Municipal de Conservação Urbana possui relevante interesse público e impacto social, uma vez que é indispensável para garantir a continuidade dos serviços essenciais de manutenção, limpeza e conservação dos espaços públicos do Município;

2.6.11 O abastecimento regular da frota municipal possibilita a execução de atividades fundamentais para o bem-estar da população, tais como limpeza urbana, manutenção de vias públicas, conservação de





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

praças, recolhimento de resíduos e demais ações voltadas à preservação da infraestrutura urbana e da qualidade de vida dos munícipes;

2.6.12 Sob o aspecto social, a continuidade desses serviços contribui diretamente para a promoção da saúde pública, segurança, mobilidade urbana e melhoria das condições ambientais, proporcionando ambientes públicos mais limpos, organizados e adequados à utilização pela comunidade;

2.6.13 Além disso, o fornecimento de combustível atende ao interesse público ao assegurar eficiência na prestação dos serviços públicos, evitando interrupções nas atividades da Secretaria e garantindo resposta adequada às demandas da população, em conformidade com os princípios da continuidade, eficiência e supremacia do interesse público que regem a Administração Pública.

### 2.7 Secretaria de Cultura

2.7.1 Aspecto Operacional: A inexistência do objeto comprometerá diretamente o deslocamento de servidores durante eventos culturais e turísticos, visitas técnicas e demais atividades administrativas realizadas pela Secretaria;

2.7.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal;

2.7.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;

2.7.4 Aspecto Social e Interesse Público: A manutenção do abastecimento da frota é essencial para garantir a execução dos serviços públicos e atendimento das demandas institucionais.

### 2.8 Secretaria de Desenvolvimento Urbano

2.8.1 Aspecto Operacional: A ausência de combustível comprometerá diretamente o deslocamento de servidores, atendimento operacional, fiscalização, visitas técnicas e demais atividades administrativas realizadas pela Secretaria;

2.8.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal.

2.8.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;

2.8.4 Aspecto Social e Interesse Público: A manutenção do abastecimento da frota é essencial para garantir a execução dos serviços públicos e atendimento das demandas institucionais.

### 2.9 Secretaria de Educação

2.9.1 Aspecto Operacional: A inexistência do objeto comprometerá o transporte dos estudantes da rede municipal e estadual bem como os serviços administrativos;

2.9.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal.

2.9.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;

2.9.4 Aspecto Social e Interesse Público: A contratação impacta diretamente na prestação de serviços à população de Jacarezinho, especialmente na área de educação.

### 2.10 Secretaria de Esportes

2.10.1 Aspecto Operacional: A inexistência do objeto comprometerá diretamente o deslocamento de servidores, atendimento operacional, fiscalização, eventos esportivos, visitas técnicas e demais atividades administrativas realizadas pela Secretaria;

2.10.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal;

2.10.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;

- 2.10.4 Aspecto Social e Interesse Público: A manutenção do abastecimento da frota é essencial para garantir a execução dos serviços públicos e atendimento das demandas institucionais.

### 2.11 Secretaria de Finanças

- 2.11.1 Aspecto Operacional: A ausência de combustível comprometerá diretamente o deslocamento de servidores, atendimento operacional, fiscalização, visitas técnicas e demais atividades administrativas realizadas pela Secretaria;
- 2.11.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal;
- 2.11.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;
- 2.11.4 Aspecto Social e Interesse Público: A manutenção do abastecimento da frota é essencial para garantir a execução dos serviços públicos e atendimento das demandas institucionais.

### 2.12 Secretaria de Relações Institucionais

- 2.12.1 Aspecto Operacional: A inexistência do fornecimento de combustível comprometerá diretamente a utilização da frota municipal, inviabilizando deslocamentos administrativos, transporte de documentos, atendimento às demandas internas da Administração Pública e demais atividades essenciais desempenhadas pelos veículos oficiais;
- 2.12.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa garantir o abastecimento contínuo da frota, proporcionando melhor planejamento logístico, controle de consumo, economicidade e eficiência na gestão pública municipal;
- 2.12.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e orientações dos órgãos de controle;
- 2.12.4 Aspecto Social e Interesse Público: A contratação impacta diretamente na continuidade dos serviços administrativos prestados à população de Jacarezinho, garantindo suporte às atividades das diversas Secretarias e setores municipais.

### 2.13 Secretaria de Saúde

- 2.13.1 Aspecto Operacional: A inexistência do objeto comprometerá diretamente na continuidade dos serviços prestados à população, em relação ao transporte de pacientes que necessitam da realização de exames, consultas e tratamentos em outras cidades, sendo imprescindível o abastecimento da frota para que os serviços não sejam interrompidos;
- 2.13.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal;
- 2.13.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;
- 2.13.4 Aspecto Social e Interesse Público: A contratação impacta diretamente na prestação de serviços à população de Jacarezinho, especialmente na área de saúde e impactará diretamente na boa relação desta secretaria com servidores, gerando reclamações e insatisfação.

### 2.14 Tiro de Guerra

- 2.14.1 Aspecto Operacional: A inexistência do objeto comprometerá diretamente a utilização da frota de veículos oficiais, prejudicando o deslocamento para execução de atividades administrativas, operacionais e institucionais, além de inviabilizar atendimentos externos, serviços de apoio logístico, transporte de materiais e demais demandas que dependam da mobilidade dos veículos da Administração;
- 2.14.2 Aspecto Administrativo: A contratação visa padronizar procedimentos, otimizar recursos e garantir maior eficiência na gestão pública municipal;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

2.14.3 Aspecto Legal e Normativo: Atendimento às disposições da Lei nº 14.133/2021, legislação municipal correlata e às orientações dos órgãos de controle;

2.14.4 Aspecto Social e Interesse Público: A contratação impacta diretamente na prestação de serviços à população de Jacarezinho, especialmente nas atividades administrativas, operacionais e de suporte logístico desempenhadas pelos órgãos municipais.

### 3 ESPECIFICAÇÃO DOS BENS

3.1 Todos os combustíveis deverão estar em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pela ANP e demais órgãos reguladores, ficando o fornecedor obrigado a garantir a procedência e a integridade do produto;

3.2 Requisitos de Qualidade e Normas Técnicas:

3.2.1 Conformidade ANP: Os combustíveis devem obrigatoriamente atender aos índices de massa específica, aspecto, cor, teor de álcool (na gasolina), teor de enxofre (no diesel) e condutividade elétrica (no etanol) exigidos pela legislação;

3.2.2 Mistura de Biocombustíveis: O Óleo Diesel (S10 e S500) deverá conter o percentual obrigatório de Biodiesel conforme determinação do CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) vigente na data do abastecimento;

3.2.3 Fiscalização de Qualidade: O órgão licitante reserva-se o direito de solicitar a realização de testes de proveta (no caso de gasolinas e etanol) ou análise laboratorial a qualquer tempo, sem ônus para a Administração caso haja suspeita de irregularidade;

3.3 Condições de Fornecimento:

3.3.1 Local de Entrega: O abastecimento deverá ocorrer diretamente na bomba dos postos revendedores autorizados;

3.3.2 Segurança: O fornecedor deverá possuir todas as licenças ambientais e o certificado de vistoria do Corpo de Bombeiros em dia;

3.3.3 Sistema de Controle caso esteja implantado: O fornecimento deverá ser acompanhado de sistema de gestão de frota que permita o controle individualizado por placa, quilometragem e tipo de combustível.

3.4 Os itens serão adjudicados de forma separada, facultando-se ao licitante a participação em um ou mais itens, conforme sua conveniência e capacidade operacional.

3.5 Os quantitativos estimados foram dimensionados com base no levantamento de demandas das secretarias requisitantes, formalizando por meio de memorando nº. 2378/2026, e em consonância com o Plano de Contratações Anual;

3.6 Os preços dos combustíveis foram baseados na tabela de preços de combustíveis ANP- Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, região de Londrina-Pr como referência, a fim de chegar em um valor estimado, conforme tabela;

3.7 Caso haja divergências entre o descritivo do item e o código do Catmat, prevalecerá a descrição do edital:

Item	Catmat	Descrição	Valor Médio Tabela ANP	Qt.	Valor Máx. Total
01	477915	Diesel B S-500 – Its	R\$ 6,91	60.600	R\$ 418.746,00
02	461548	Diesel S-10 - Its	R\$ 7,39	386.880	R\$ 2.859.043,20
03	486024	Etanol - Its	R\$ 4,33	33.480	R\$ 144.968,40
04	461507	Gasolina Aditivada - Its	R\$ 6,87	16.500	R\$ 113.355,00



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

05	461506	Gasolina Comum - lts	R\$ 6,63	210.596	R\$ 1.396.251,48
Total					R\$ 4.932.364,08

#### 4 LOCAL DE ENTREGA

- 4.1** Os abastecimentos com diesel S-10 e S-500: Os postos fornecedores deverão estar localizados em um raio de até 3 km dentro do perímetro urbano. A restrição justifica-se pela natureza da frota, composta por maquinários pesados cuja circulação em rodovias federais (BR) é limitada ou vedada por normas do CONTRAN;
- 4.2** Tal medida visa garantir a segurança viária e evitar o desgaste prematuro dos equipamentos em deslocamentos longos;
- 4.3** Os abastecimentos com gasolina e etanol: Os postos deverão estar situados em um raio de até 4 km do Paço Municipal;
- 4.4** A exigência fundamenta-se no princípio da economicidade e eficiência administrativa, visto que o deslocamento para outros municípios geraria custos extraordinários com consumo de combustível e tempo de pessoal. Considerando a ampla disponibilidade de postos no limite territorial do Município, a proximidade geográfica é condição indispensável para a execução eficiente do contrato.

#### 5 DA VIGÊNCIA

- 5.1** A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a comprovação da vantajosidade das condições, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021;
- 5.2** A renovação dos quantitativos registrados observará os limites legais e as orientações estabelecidas no Acórdão nº 392/2026 – TCE/PR, garantindo a manutenção da eficiência e economicidade da contratação.

#### 6 DA PARTICIPAÇÃO E ADESÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 6.1** Será vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta a participação e adesão (carona) à Ata de Registro de Preços gerenciada por este órgão.

#### 7 DO FISCAL DE CONTRATO

- 7.1** Notificar por escrito a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.2** Ficam designados os servidores abaixo como fiscais de contrato:

Secretaria	Fiscal
Administração	Kelli Pereira da Silva Lucélio Braz da Silva
Agricultura	Marcio José de Andrade
Assistência Social	Claudinei Antunes Ferreira Guilherme Aphonso G. Ruiz Fabiola Cristina R. Damas
Chefia do Poder Executivo	Thais Silvério Paschoal Danyllo Fernando Moreira da Silva
Comércio Indústria	Rodrigo dos Santos Roberto
Conservação Urbana	Gustavo Lopes Geribola
Cultura	Cleiton de Oliveira dos Santos
Desenvolvimento	Silvio Petrini de Souza Marcela Lucindo Milanezi
Educação	Luiz Henrique Hartmann



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

Esportes	Tiago Antônio Possetti
Finanças	Luiz Henrique de Souza Rezende Lucélio Braz da Silva
Relações Institucionais	Thais Silvério Paschoal Danyllo Fernando Moreira da Silva
Saúde	Hamilton Setti
Tiro de Guerra	Thais Silvério Paschoal

**7.3** A responsabilidade pela gestão da ata de registro de preços fica designado aos gestores abaixo:

<b>Secretaria</b>	<b>Gestor</b>
Administração	Jailton Aparecido de Paula
Agricultura	Rafael Gustavo Lopes
Assistência Social	Eliandra Gonçalves
Chefia	Marcelo José Bernardeli Palhares
Comércio e Indústria	Leandro de Azevedo Lima
Conservação Urbana	Luciano de Souza
Cultura	James Rios de Oliveira dos Santos
Desenvolvimento	Fúlvio Boberg
Educação	Aline Roberta da Silva
Esportes	Luiz Alberto de Araújo
Finanças	Fabiano Possetti Néia
Relações Institucionais	Fabiano Possetti Néia
Saúde	Ademir Aparecido Moreira
Tiro de Guerra	Marcelo José Bernardeli Palhares

## **8 CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS BENS**

**8.1** Todos os combustíveis deverão atender integralmente às especificações da ANP, vigentes à época da entrega:

**8.1.1** Gasolina Comum: Deve observar os índices de octanagem (RON), teor de etanol anidro e ausência de corantes (conforme Resolução ANP nº 988/2025);

**8.1.2** Óleo Diesel (S10 e S500): Deve cumprir os limites de teor de enxofre, número de cetano e aspecto límpido e isento de impurezas (conforme Resolução ANP nº 65/2011);

**8.1.3** Etanol Hidratado: Deve apresentar teor alcoólico e pH dentro dos limites da Resolução ANP nº 19/2015.

**8.2** A definição rigorosa dos critérios de aceitação para a aquisição de combustíveis visa assegurar que o Município de Jacarezinho receba produtos que preservem a integridade da frota municipal, garantindo a eficiência mecânica e a longevidade dos veículos e máquinas;

**8.3** A adoção de parâmetros baseados nas normas da ANP e do INMETRO, aliados à fiscalização ativa no ato do recebimento, mitiga riscos de danos ao patrimônio público e evita desperdícios de recursos decorrentes de produtos adulterados ou de baixa qualidade. Portanto, a conformidade técnica não é apenas uma exigência legal da Lei nº 14.133/2021, mas uma medida de gestão estratégica para garantir que os serviços essenciais à população não sofram interrupções por falhas operacionais evitáveis.

**8.4** Será adotado o percentual de desconto sobre os preços médios da semana da Tabela ANP. Semanalmente será lançado este valor de preço regional, que comprova ser o valor praticado em mercado, e com isso evita-se inúmeros termos aditivos de acréscimo ou diminuição de valores, devido a inconsistência dos valores dos combustíveis atualmente.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### 9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1** A Contratada obriga-se a fornecer os combustíveis conforme as condições estabelecidas neste instrumento, cumprindo rigorosamente as seguintes obrigações:
- 9.2** Qualidade e Conformidade Técnica: Padrões ANP - Fornecer combustíveis que atendam estritamente às especificações técnicas e padrões de qualidade definidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP);
- 9.3** Proibição de Adulteração: Não será tolerada a entrega de produtos alterados ou adulterados. Caso seja detectada desconformidade, a Contratante exercerá o direito de recusa imediata, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis;
- 9.4** Procedência: Garantir que todos os combustíveis sejam de boa procedência e marcas consolidadas no mercado, assegurando a integridade dos motores da frota municipal.
- 9.5** Manter atualizado, durante toda a vigência contratual, o comprovante de registro de revendedor/distribuidor junto à ANP;
- 9.6** Licenciamento e Regularidade: Segurança contra Incêndio - Manter vigente o Laudo de Inspeção emitido pelo Corpo de Bombeiros;
- 9.7** Vigilância Sanitária: Manter vigente a Licença Sanitária emitida pelo órgão competente do município sede da empresa;
- 9.8** Licenciamento Ambiental: Manter vigente a Licença de Operação junto ao Instituto Água e Terra (IAT) (antigo IAP), garantindo o cumprimento das normas ambientais;
- 9.9** Procedimentos de Controle e Abastecimento (caso a implementação da Plataforma Tecnológica Inteligente de Gestão de Abastecimento não seja implantada): Comprovante de Abastecimento: Emitir, no ato de cada operação, comprovante individualizado por veículo (ticket), contendo obrigatoriamente:
- 9.10** Tipo de combustível fornecido;
- 9.11** Data e horário do abastecimento;
- 9.12** Placa do veículo e quilometragem (odômetro) atual;
- 9.13** Quantidade em litros, valor unitário e valor total;
- 9.14** Nome completo e/ou matrícula do servidor responsável pelo abastecimento;
- 9.15** Mão de Obra e Segurança do Trabalho: Especialização - Utilizar mão de obra capacitada para o manuseio de inflamáveis, em conformidade com as normas técnicas do setor;
- 9.16** Proteção (EPI): Fornecer e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) por seus empregados, conforme exigido pelas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;
- 9.17** Medicina do Trabalho: Cumprir integralmente as normas de segurança e medicina do trabalho vigentes, assumindo total responsabilidade por encargos sociais e trabalhistas;
- 9.18** Faturamento e Pagamento:  
Para o Fundo Municipal de Saúde a Nota Fiscal deverá ser emitida obrigatoriamente em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (CNPJ: 09.309.271/0001-06);  
Será utilizado também os CNPJ's da Prefeitura de Jacarezinho, CNPJ nº. 76.966.860/0001-46, e do Fundo Municipal de Assistência Social, CNPJ nº 12.919.475/0001-65;
- 9.19** Manutenção de Condições: Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e das contratações dela decorrentes, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, de forma contínua e atualizada, inclusive para fins de eventuais prorrogações.

### 10 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 10.1** Para a execução do objeto contratado, a Contratante obriga-se a:
- 10.2** Designar, servidor para atuar como Fiscal do Contrato, com a responsabilidade de monitorar a execução, conferir as notas fiscais e atestar os abastecimentos realizados;  
Notificar a Contratada, imediatamente e por escrito, sobre quaisquer irregularidades, falhas de atendimento ou indícios de desconformidade na qualidade dos combustíveis entregues;  
Prestar à Contratada todas as informações e esclarecimentos necessários que venham a ser solicitados para





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

o bom desempenho do fornecimento;

**10.3** Garantir que os veículos da frota municipal se apresentem para abastecimento devidamente identificados (adesivados ou com documentação oficial) e conduzidos por servidores autorizados; Orientar os servidores a conferirem as informações constantes no ticket de abastecimento (placa, quilometragem, litros e valor) antes da assinatura do comprovante (caso a implementação da Plataforma Tecnológica Inteligente de Gestão de Abastecimento não seja implantada);

**10.4** Efetuar o pagamento à Contratada nos prazos estabelecidos no Edital, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pela fiscalização, observando as dotações orçamentárias específicas.

### 11 FORMA DE PAGAMENTO

**11.1** O pagamento será realizado em ciclos semanais, tomando-se como base os preços médios publicados pela ANP para a semana de referência do abastecimento, sobre os quais incidirá o desconto pactuado em licitação;

**11.2** Informamos que as despesas poderão ocorrer em 3(três) CNPJ, sendo CNPJ 76.966.860/0001-46 Prefeitura, CNPJ 09.309.271/0001-06 Fundo Municipal de Saúde e também CNPJ 12.919.475/0001-12 Fundo Municipal de Assistência Social, ficando a critério das Secretarias a indicação do recurso disponível na solicitação da nota de empenho;

**11.3** O valor máximo deste processo licitatório será de R\$ 4.932.364,08 (quatro milhões novecentos e trinta e dois mil trezentos e sessenta e quatro reais e oito centavos)

**11.4** Os recursos para cobrir as despesas com a presente licitação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Dotação Orçamentária	Valor
Administração	0710.0412200082.029-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 26.500,00
Agricultura	1410.2060800272.131-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 742.131,88
	1410.2060800272.131-3.3.90.30.00 FR 510	R\$ 50.000,00
Ass. Social	1020.0812200202.309-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 70.000,00
	1020.0812200202.310-3.3.90.30.00 FR 933	R\$ 8.000,00
	1020.0812200202.311-3.3.90.30.00 FR 940	R\$ 42.000,00
	1020.0824500212.312-3.3.90.30.00 FR 934	R\$ 79.540,00
	1020.0824500212.312-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 20.000,00
	1020.0824500222.313-3.3.90.30.00 FR 941	R\$ 41.000,00
	1020.0824500222.313-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 30.000,00
Chefia	0210.0412200022.004-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 39.657,00
	0260.0424300236.030-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 15.000,00
Comércio	1310.0412200262.122-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 267.600,00
Conservação Urbana	1210.1545200252.115-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 900.000,00
	1210.1545200252.115-3.3.90.30.00 FR 557	R\$ 100.000,00
	1210.1545200252.115-3.3.90.30.00 FR 510	R\$ 50.000,00
	1210.1545200252.118-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 40.000,00
Cultura	1510.1339100102.353-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 81.295,00
Des. Urbano	1110.0412200242.111-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 17.368,00
Educação	0810.1236100092.043-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 50.000,00
	0810.1236100092.043-3.3.90.30.00 FR 104	R\$ 130.000,00
	0810.1236100092.043-3.3.90.30.00 FR 107	R\$ 60.000,00
	0810.1236100092.043-3.3.90.30.00 FR 138	R\$ 100.000,00
Esportes	1610.2781300112.354-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 90.403,20
Finanças	0610.0412900072.026-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 11.271,00
Relações Institucionais	0310.0413100292.011-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 19.890,00





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

Saúde	0910.1030200152.080-3.3.90.30.00 FR 3359	R\$ 90.000,00
	0910.1030200152.070-3.3.90.30.00 FR 494	R\$ 200.000,00
	0910.1030200152.074-3.3.90.30.00 FR 494	R\$ 150.000,00
	0910.1030200152.075-3.3.90.30.00 FR 494	R\$ 120.000,00
	0910.1030200152.080-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 80.000,00
	0910.1030200152.080-3.3.90.30.00 FR 303	R\$ 300.000,00
	0910.1030400172.087-3.3.90.30.00 FR 494	R\$ 50.000,00
	0910.1030400172.089-3.3.90.30.00 FR 494	R\$ 40.000,00
Tiro de Guerra	0210.0515300032.007-3.3.90.30.00 FR 000	R\$ 3.978,00

### 12 SANÇÕES E PENALIDADES

**12.1** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
- II. O pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**12.2** O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

- I. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
- II. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

**12.3** Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades.

- I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
- II. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- III. Ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

§ 1º A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

§ 2º O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

§ 3º As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

**12.4** As sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

**12.5** Parágrafo único. O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados.

**12.6** Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

§ 2º Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

### 13 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

**13.1** Apresentamos abaixo os valores praticados nos postos de Jacarezinho.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

**13.2** Embora a referência principal seja a Tabela ANP da semana, conforme link **10/056 a 16/05/2026** <https://www.gov.br/anp/pt-br/assuntos/precos-e-defesa-da-concorrenca/precos/levantamento-de-precos-de-combustiveis-ultimas-semanas-pesquisadas>, os dados listados abaixo resultam de uma pesquisa de preços direta realizada nos estabelecimentos do município;

Item	Descrição	Posto Jacaré	Posto Fox	Posto Cristo Rei	Rodoil	Tabela ANP 10 a 16/05
01	Diesel B S-500 – lts		R\$ 7,29	R\$ 6,69		R\$ 6,91
02	Diesel S-10 – lts	R\$ 7,99	R\$ 7,39	R\$ 6,99	R\$ 6,99	R\$ 7,39
03	Etanol – lts	R\$ 4,69	R\$ 4,79	R\$ 4,69	R\$ 4,64	R\$ 4,33
04	Gasolina Aditivada – lts	R\$ 7,09			R\$ 6,84	R\$ 6,87
05	Gasolina Comum – lts	R\$ 6,89	R\$ 6,99	R\$ 6,89	R\$ 6,74	R\$ 6,63



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### 14 QUANTIDADE POR SECRETARIA

Item	Descrição	Adm	Agricultura	Assist. Social	Chefia	Comércio Indústria	Cons. Urbana	Cultura	Des. Urbano	Educação	Esportes	Finanças	Relações Institucionais	Saúde	Tiro de Guerra	Total Lts
01	Diesel B S-500 – lts	0	18.600	0	0	0	42.000	0	0	0	0	0	0	0	0	60.600
02	Diesel S-10 - lts	0	80.400	12.000	3.000	0	144.000	7.000	0	50.000	10.080	0	0	80.400	0	386.880
03	Etanol - lts	0	10.380	5.000	0	0	0	3.000	100	0	0	0	0	15.000	0	33.480
04	Gasolina Aditivada - lts	0	0	5.000	0	10.000	0	0	1.500	0	0	0	0	0	0	16.500
05	Gasolina Comum - lts	4.000	3.696	22.000	4.900	30.000	48.000	2.500	1.000	10.000	2.400	1.700	3.000	76.800	600	210.596

### 15 RELAÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, MAQUINÁRIOS E ROÇADEIRAS

#### 15.1 Veículos Leves

Nº	VEÍCULO	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	SECRETARIA
01	CAMIONETA	AIB-1218	FIAT FIORINO WORKING	1998/1999	CONS. URBANA
02	CAMINHONETE	AIP-0F92	CHEVROLET A10	1986/1987	CONS. URBANA
03	CAMINHONETE	ANT-4E57	GM BLAZER COLINA 4X4	2005/2006	CONS. URBANA
04	AUTOMÓVEL	AOG-6940	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX	2006/2007	CONS. URBANA
05	AUTOMÓVEL	AOG-6945	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX	2006/2007	CONS. URBANA
06	AUTOMÓVEL	APH-4019	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX	2007/2008	CONS. URBANA
07	AUTOMÓVEL	AQE-6509	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX	2008/2008	CONS. URBANA
08	AUTOMÓVEL	AQN-9694	FIAT UNO MILLE FIRE FLEX	2008/2009	CONS. URBANA



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

09	AUTOMÓVEL	ARP-5502	FIAT STRADA TREK CE FLEX	2009/2010	CONS. URBANA
10	AUTOMÓVEL	ASG-3723	FIAT UNO MILLE ECONOMY - DEMUTRAN	2009/2010	CONS. URBANA
11	CAMINHONETE	AWR-6170	VW AMAROK CD 4X4 SE	2012/2013	CONS. URBANA
12	MICRO ÔNIBUS	AYW-9503	PEUGEOT BOXER	2014/2014	CONS. URBANA
13	CAMINHONETE	AZM-9D34	VW AMAROK CS 4X4 S	2015/2015	CONS. URBANA
14	CAMINHONETE	AZX-5E23	VW AMAROK CD 4X4 S	2015/2015	CONS. URBANA
15	CAMIONETA	BBN-3123	FIAT STRADA HD WK CC E	2017/2017	CONS. URBANA
16	AUTOMÓVEL	BCO-4683	FIAT STRADA HD WK CC E	2018/2019	CONS. URBANA
17	AUTOMÓVEL	BDF-7B50	FORD KA SE 1.0 HA C	2019/2019	CONS. URBANA
18	AUTOMÓVEL	BEK-2G24	GM MONTANA LS2	2020/2020	CONS. URBANA
19	AUTOMÓVEL	NFS-7621	FIAT PÁLIO WEEK HLX	2004/2005	CONS. URBANA
20	AUTOMÓVEL	RHV-2F86	GM ÔNIX 1.0 MT HB	2022/2022	CONS. URBANA
21	AUTOMÓVEL	SDR-0D46	GM ÔNIX 1.0 MT HB	2022/2023	CONS. URBANA
22	AUTOMÓVEL	SEV-5H87	VW SAVEIRO CS RB MPI	2023/2023	CONS. URBANA
23	AUTOMÓVEL	AKX-9683	VW SAVEIRO	2003/2003	CONS. URBANA
24	AUTOMÓVEL	BCT-8C49	GM MONTANA	2018/2019	SAÚDE
25	AUTOMÓVEL	BCT-8C50	GM MONTANA	2018/2019	SAÚDE
26	AUTOMÓVEL	BDK-1C53	GM MONTANA	2019/2020	SAÚDE



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

27	AUTOMÓVEL	BDK-2C96	GM MONTANA	2019/2020	SAÚDE
28	AUTOMÓVEL	BDK-2C97	GM MONTANA	2019/2020	SAÚDE
29	AUTOMÓVEL	BES-7A56	GM MONTANA	2020/2021	SAÚDE
30	AUTOMÓVEL	BES-7A60	GM MONTANA	2020/2021	SAÚDE
31	AUTOMÓVEL	AVY-5735	FIAT VIVACE 1.0 8V	2012/2013	SAÚDE
32	AUTOMÓVEL	AVY-5738	FIAT VIVACE 1.0 8V	2012/2013	SAÚDE
33	AUTOMÓVEL	AZE-7255	FIAT PÁLIO FIRE CELEB ECONOMY	2014/2015	SAÚDE
34	AUTOMÓVEL	BCN-7892	CHERRY QQ 1.0 ACT	2018/2019	SAÚDE
35	AUTOMÓVEL	AYW-4992	FIAT PALIO FIRE CELEBRATION	2015/2015	SAÚDE
41	AUTOMÓVEL	ARB-6384	FIAT DOBLO ELX 1.8	2009/2009	SAÚDE
42	AUTOMÓVEL	ARW-4494	FIAT SIENA EL 1.0 8V FLEX	2009/2010	SAÚDE
43	AUTOMÓVEL	BBV-6822	FIAT MOBI LIKE	2017/2017	SAÚDE
44	AUTOMÓVEL	BBV-6829	FIAT MOBI LIKE	2017/2017	SAÚDE
45	AUTOMÓVEL	BDF-7B58	FORD KA SE	2019/2019	SAÚDE
46	MOTOCICLETA	APC-8184	HONDA NXR BROS ES 150C	2007/2007	SAÚDE
47	AUTOMÓVEL	BES-3G11	VW GOL G5 1.0	2020/2021	SAÚDE
48	AUTOMÓVEL	BES-6B37	VW GOL G5 1.0	2020/2021	SAÚDE
49	AUTOMÓVEL	BEY-2G19	VW GOL G5 1.0	2021/2022	SAÚDE



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

50	AUTOMÓVEL	RHA-2F34	VW GOL G5 1.0	2021/2022	SAÚDE
51	AUTOMÓVEL	RHA-3D81	VW GOL G5 1.0	2021/2022	SAÚDE
52	AUTOMÓVEL	RHA-6G01	VW GOL G5 1.0	2021/2022	SAÚDE
53	AUTOMÓVEL	RHZ-5J13	RENAULT KWID ZEN 2	2022/2023	SAÚDE
54	AUTOMÓVEL	SDX-6E30	RENAULT KWID ZEN 2	2022/2023	SAÚDE
55	AUTOMÓVEL	QNF-1376	GM MONTANA	2017/2018	SAÚDE
56	MICRO ÔNIBUS	AUK-9138	VW KOMBI	2011/2011	SAÚDE
57	CAMINHONETE	SED-9A16	RENAULT MASTER REVES 2.3	2022/2023	SAÚDE
58	CAMINHONETE	SED-9A22	RENAULT MASTER REVES 2.3 DCI	2022/2023	SAÚDE
59	AUTOMÓVEL	TBE-1J17	HYUNDAI HB 20	2025/2025	SAÚDE
60	AUTOMÓVEL	AQM-3H75	HYUNDAI HB 20	2025/2025	SAÚDE
61	AUTOMÓVEL	TBE-1J33	HYUNDAI HB 20	2025/2025	SAÚDE
62	AUTOMÓVEL	TBE-1J35	HYUNDAI HB 20	2025/2025	SAÚDE
63	AUTOMÓVEL	TBE-1J36	HYUNDAI HB 20	2025/2025	SAÚDE
64	AUTOMÓVEL	TBD-5E69	FIAT CRONOS	2024/2025	SAÚDE
65	MOTONETA	UAW5E96	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
68	MOTONETA	UAW 5F10	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
69	MOTONETA	UAW 5F68	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

71	MOTONETA	UAW 5F91	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
72	MOTONETA	UAW 5F98	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
73	MOTONETA	UAW 5G01	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
74	MOTONETA	UAW 5G08	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
75	MOTONETA	UAW 5G09	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
76	MOTONETA	UAW 5G27	SHINERAY / XY125-6A	2025/2026	SAÚDE
77	AUTOMÓVEL	AQN-9694	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2008/2009	ADM
78	AUTOMÓVEL	RHZ-5J33	RENAULT KWID ZEN 2	2022/2023	ADM
79	AUTOMÓVEL	AQR-8G38	VW GOL PATRULHEIRO 1.6	2008	ADM
80	AUTOMÓVEL	ATW-7743	FIAT UNO	2011/2012	FINANÇAS
81	AUTOMÓVEL	TBV-4J66	GM ONIX	2025/2026	FINANÇAS
82	AUTOMÓVEL	BAC-9195	RENAULT LOGAN EXPR 16M	2015/2016	ASS. SOCIAL
83	AUTOMÓVEL	BCM-4178	HYUNDAI HB20 1.0M	2018/2019	ASS. SOCIAL
84	MOTOCICLETA	AMF-9486	HONDA C100 BIZ ES	2004/2004	ASS. SOCIAL
85	AUTOMÓVEL	BAD-5E52	FIAT STRADA WORKING	2015/2015	ASS. SOCIAL
86	AUTOMÓVEL	BCO-5854	RENAULT LOGAN EXP 16 SCE	2018/2019	ASS. SOCIAL
87	AUTOMÓVEL	BBN-6752	RENAULT KWID ZEN 10MT	2017/2018	ASS. SOCIAL
88	MICRO ÔNIBUS	BBR-8062	RENAULT/MASTER VAN	2017/2018	ASS. SOCIAL





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

89	MICRO ÔNIBUS	BCM-7988	RENAULT MASTER TV NA 16 LUGARES	2018/2019	ASS. SOCIAL
90	AUTOMÓVEL	UAY-6C75	VW VIRTUS MB	20252/2026	ASS. SOCIAL
91	MICRO ÔNIBUS	BCU-9G12	RENAULT/MASTER TRANS ESC	2018	EDUCAÇÃO
92	MICRO ÔNIBUS	BCU-9G14	RENAULT/MASTER TRANS ESC	2018	EDUCAÇÃO
93	AUTOMÓVEL	AZG-3336	PEUGEOT/BOXER F350LH 23S	2014	EDUCAÇÃO
94	AUTOMÓVEL	APU 0710	FIAT PALIO FIRE FLEX	2008	EDUCAÇÃO
95	AUTOMÓVEL	APQ 8362	FIAT STRADA FIRE FLEX	2008	EDUCAÇÃO
96	AUTOMÓVEL	AVP 4084	FIAT SIENA FIRE FLEX	2012	EDUCAÇÃO
97	AUTOMÓVEL	AZG 4C58	FIAT SIENA	2014	EDUCAÇÃO
98	AUTOMÓVEL	AZG 3331	FIAT PALIO FIRE	2014	EDUCAÇÃO
99	CAMINHONETE	AZG 4417	PEUGEOT PARTNER FURG	2014	EDUCAÇÃO
100	MOTOCICLETA	AZH 9133	HONDA CG150 FAN ESDI	2014	EDUCAÇÃO
101	AUTOMÓVEL	RHV 2F85	GM ONIX PLUS 10MT LT1	2022	EDUCAÇÃO
102	AUTOMÓVEL	RHZ 5J12	RENAULT KWID ZEN 2	2022	EDUCAÇÃO
103	AUTOMÓVEL	RHZ 5J26	RENAULT KWID ZEN 2	2022	EDUCAÇÃO
104	AUTOMÓVEL	SEU-2G54	VW VIRTUS MB	2023	EDUCAÇÃO
105	AUTOMÓVEL	AUR-9182	VW GOL	2011/2012	RELAÇÕES INST.
106	AUTOMÓVEL	SEU-0B73	VW VIRTUS MB	2022/2023	RELAÇÕES INST.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

107	AUTOMÓVEL	AOP-6296	GM ASTRA SEDAN	2007	RELAÇÕES INST.
108	AUTOMÓVEL	SEE-6D62	FIAT MOBI LIKE 1.0	2022/2023	AGRICULTURA
109	AUTOMÓVEL	SEE-6C94	FIAT STRADA ENDURANCE 1.4	2022/2023	AGRICULTURA
110	AUTOMÓVEL	PRJ-1D65	GM MONTANA LS2		AGRICULTURA
111	CAMINHONETE	SDX-7D68	FIAT TORO FREEDOM TURBODIESEL	2022/2023	AGRICULTURA
112	AUTOMÓVEL	BEV-3A06	RENAULT KWID ZEN 1.0	2022/2023	AGRICULTURA
113	AUTOMÓVEL	SEU-5A66	VW SAVEIRO CS FLEX	2023/2023	AGRICULTURA
114	AUTOMÓVEL	SEU-5A67	VW SAVEIRO CS FLEX	2023/2023	AGRICULTURA
115	AUTOMÓVEL	ASI-4D34	FORD ECOSPORT XL 1.6	2010/2011	AGRICULTURA
116	CAMINHONETE	AWW-9976	MITSUBISH/MMC/L200 TRITON 3.2 D	2013/2013	AGRICULTURA
117	CAMINHONETE	BCL-8790	HYUNDAI / HR HDB	2017/2018	AGRICULTURA
118	AUTOMÓVEL	RHX-7J34	TOYOTA COROLLA CROSS	2022/2023	CHEFIA DO EXECUTIVO
119	UTILITÁRIO	TBQ-3A73	GM TRAILBLAZER	2025/2025	CHEFIA DO EXECUTIVO
120	CAMIONETA	SEU-2G34	VW SAVEIRO CS RB MPI	2023	COMÉRCIO INDÚSTRIA
121	AUTOMÓVEL	BBW-7681	VW GOL TL MCV	2018	COMÉRCIO INDÚSTRIA
122	AUTOMÓVEL	AVP-4089	FIAT UNO VIVACE 1.0	2013	COMÉRCIO INDÚSTRIA
123	AUTOMÓVEL	RHV-3C07	GM ONIX 1.0MT HB	ANO 2022	DES. URBANO
124	AUTOMÓVEL	AUQ-0419	UNO VIVACE 1.0	2011/2012	DES. URBANO



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

125	AUTOMÓVEL	AVL-8536	FIAT UNO MILLE ECONOMY	2012/2013	CONS. TUT
126	AUTOMÓVEL	BAY-3640	CITROEN Aircross M Feel	2016/2017	CONS. TUT
127	AUTOMÓVEL	SDY-0G63	RENAULT KWID ZEN INTENS - 2	2022/2023	CONS. TUT
128	CAMINHONETE	ASU-8457	AMBULÂNCIA MASTER	2010	BOMBEIRO
129	CAMINHONETE	SDQ-0B78	TOYOTA HILLUX	2022	BOMBEIRO
130	CAMINHONETE	BDP-9E75	FORD RANGER 4X4 XLT	2019	BOMBEIRO
131	CAMINHONETE	AUL-9901	FORD RANGER XLT 13P	2011	BOMBEIRO
132	AUTOMÓVEL	AVZ-8145	VW PARATI 1.6	2013	BOMBEIRO
133	AUTOMÓVEL	BDZ-2C45	GM CRUZE	2019	BOMBEIRO
134	AUTOMÓVEL	BBM-6281	mitsubishi ASX	2017	BOMBEIRO
135	CAMIONETA	BBi-8129	RENAULT DUSTER 20 D 4X2	2017	BOMBEIRO
136	MOTOCICLETA	ATG-8557	HONDA BROS 150 NXR ESD	2011	BOMBEIRO

### 15.2 VEÍCULO PESADO/ MAQUINÁRIO

Nº	VEÍCULO	PLACA	MARCA/MODELO	ANO	ANO
137	VIBRO ACABADORA	-	TICEL VA 4E	-	CONS. URBANA
138	CAMINHÃO Nº 16	ABB-3C47	MERCEDES BENZ – CATA GALHO	1990/1990	CONS. URBANA
139	CAMINHÃO Nº 17	ABB-3C48	MERCEDES BENZ - FOSSA	1990/1990	CONS. URBANA
140	CAMINHÃO Nº 12	AHI-0F54	MERC BENZ/L 1113 – BURRO PRETO	1976/1976	CONS. URBANA
141	CAMINHÃO Nº 60	AIW-3190	GMC/12.170	1998/1999	CONS. URBANA



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

142	CAMINHÃO N° 59	AIW-3196	GMC/12.170	1998/1999	CONS. URBANA
143	ÔNIBUS	AVG-5828	MARCOPOLO/VOLARE DW9 ON	2011/2012	CONS. URBANA
144	CAMINHÃO	AVL-7H90	FORD/CARGO 1717 CN	2011/2012	CONS. URBANA
145	CAMINHÃO	AVM-7B30	FORD/CARGO 1717 CN	2011/2012	CONS. URBANA
146	CAMINHÃO PIPA	AZN-4B81	FORD/CARGO 1719	2014/2014	CONS. URBANA
147	CAMINHÃO FORD	BAA-4D90	FORD/CARGO 1729	2015/2015	CONS. URBANA
148	CAMINHÃO FORD - USINA	BAI-3J43	FORD/CARGO 3133 6X4	2014/2015	CONS. URBANA
149	ÔNIBUS	BBE-0723	MARCOPOLO/VOLARE W9 ON	2015/2019	CONS. URBANA
150	REBOQUE TRICICLO PINTURA	BBW-7486	VOLPATO CA	2017/2017	CONS. URBANA
151	TRICICLO	BBW-7E88	SANDI BRAVAX BX250	2017/2017	CONS. URBANA
152	CAMINHÃO	BCC-1F74	FORD/CARGO 2429 B	2018/2019	CONS. URBANA
153	CAMINHÃO	BCC-2C31	FORD/CARGO 2429 B	2018/2019	CONS. URBANA
154	MOTONIVELADORA	N° 21	KOMATSU GD 555	-	CONS. URBANA
155	TRATOR	N° 22	VALMET 685	2002/2002	CONS. URBANA
156	RETRO ESCAVADEIRA	N° 38	JCB	-	CONS. URBANA
157	PÁ CARREGADEIRA	N° 50	NEW HOLLAND LB 110	-	CONS. URBANA
158	ROLO VAP	N° 55	MULLER	-	CONS. URBANA
159	PÁ CARREGADEIRA	N° 60	LIUGONG 835H	2022/2022	CONS. URBANA



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

160	RETRO ESCAVADEIRA	Nº 70	MULLER MR 406DV 4X4	2022/2022	CONS. URBANA
161	PÁ CARREGADEIRA	Nº 80	HEDEZA ZL 826 – 68 HP	2022/2022	CONS. URBANA
162	MINI CARREGADEIRA	Nº58	MINI CARREGADEIRA CDM312 XINCHAI	2023/2023	CONS. URBANA
163	ROLO XCMG	Nº61	COMPCTADOR MODELO XS123PDBR	2024/2024	CONS. URBANA
164	CAMINHÃO	RUF-5G99	VW/CONSTELATION	2021/2022	CONS. URBANA
165	CAMINHÃO	SCM-4A95	IVECO/TECTOR 240E28	2022/2023	CONS. URBANA
166	ÔNIBUS	BCO-7723	MARCOPOLO VOLARE V8L	2018/2019	SAÚDE
167	MICRO ÔNIBUS	BEL-8E69	MARCOPOLO DV9L	2020/2021	SAÚDE
168	MICRO ÔNIBUS	SEO-1G30	VOLARE DV9 EXECUTIVO EURO V DIESEL ATTACK	2022/2023	SAÚDE
169	ÔNIBUS	AYQ-4E94	MARCOPOLO/VOLARE W9 ON	2014/2015	SAÚDE
170	MICRO ÔNIBUS	APF-0J25	RENAULT MASTER BUS16 DCI	2007/2007	SAÚDE
171	MICRO ÔNIBUS	SEN-0J04	FORD TRANSIT 460B 17+1 LUGARES	2023/2023	SAÚDE
172	MICRO ÔNIBUS	SEN-0J10	FORD TRANSIT 460B 17+1 LUGARES	2023/2023	SAÚDE
173	MICRO ÔNIBUS	SEN-0I98	FORD TRANSIT 460B 17+1 LUGARES	2023/2023	SAÚDE
174	ÔNIBUS	AKU-4772	MARCOPOLO/VOLARE W8 ON	2003	EDUCAÇÃO
175	ÔNIBUS	ASC-4153	MASCA GRANMINI O	2009	EDUCAÇÃO
176	ÔNIBUS	ASC-4B54	M.BENZ/MASC GRANMINI O	2009	EDUCAÇÃO
177	ÔNIBUS	ASC-4155	VW/MASCA GRANMINI O	2009	EDUCAÇÃO



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

178	ÔNIBUS	ASH-1540	VW/INDUSCAR FOZ U	2009	EDUCAÇÃO
179	ÔNIBUS	AUU-5122	VW/15.190 EOD E.HD ORE	2011	EDUCAÇÃO
180	ÔNIBUS	AWP-0349	VW/15.190 EOD E.HD ORE	2012	EDUCAÇÃO
181	ÔNIBUS	AWP-0D42	MARCOPOLO/VOLARE V8L EO	2012	EDUCAÇÃO
182	ÔNIBUS	AWQ-8C10	IVECO/CITYCLASS 70C17	2012	EDUCAÇÃO
183	ÔNIBUS	AZK-3B72	MARCOPOLO/VOLARE V8L ON	2014	EDUCAÇÃO
184	ÔNIBUS	AWA-7252	VW/INDUSCAR APACHE U	2012	EDUCAÇÃO
185	ÔNIBUS	BDP-6B04	MARCOPOLO/VOLARE V8L ON	2019	EDUCAÇÃO
186	ÔNIBUS	RHE-2H75	IVECO/BUS 10-190E	2020	EDUCAÇÃO
187	ÔNIBUS	RHX-7G65	VW/NEOBUS TH MIDI E	2022	EDUCAÇÃO
188	ÔNIBUS	RHX-6G07	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2022	EDUCAÇÃO
189	ÔNIBUS	RHX-6F79	MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO	2022	EDUCAÇÃO
190	ÔNIBUS	RHY-5E57	MARCOLO VOLARE V8L 4X4 EO	2022	EDUCAÇÃO
191	CAMINHÃO	AZM-9263	FORD CARGO 1319	2013/2013	AGRICULTURA
192	CAMINHÃO	SCM-4C45	YVECO TECTOR 24-280	2022	AGRICULTURA
193	CAMINHÃO	BBY-7845	IVECO/DAILY 70C17HDCS	2017/2018	AGRICULTURA
194	CAMINHÃO	RSF-7F12	VOLVO / VM 270 6X2R	2022/2022	AGRICULTURA
195	CAMINHÃO PIPA -	RHO-9C23	MERCEDEZ BENZ		AGRICULTURA



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

196	CAMINHÃO	ATS-1896	VW/ 5.140E DELIVERY		AGRICULTURA
197	CAMINHÃO	AHY-3430	FORD / CARGO 1215	1998	AGRICULTURA
198	MOTONIVELADORA	PATRIMÔNIO 26110	XCMG / GR1803BR		AGRICULTURA
199	MOTONIVELADORA	PATRIMÔNIO19076	CATERPILAR 120 K		AGRICULTURA
200	PÁ-CARREGADEIRA		KOMATSU		AGRICULTURA
201	PÁ-CARREGADEIRA		MICHIGAM 47		AGRICULTURA
202	PÁ-CARREGADEIRA		MICHIGAM 37		AGRICULTURA
203	RETROESCAVADEIRA	PATRIMÔNIO 26111	XCMG / XT870BR-IR		AGRICULTURA
204	ROLO COMPACTADOR		J.C.B		AGRICULTURA
205	TRATOR		LS 80 - 01		AGRICULTURA
206	TRATOR		LS 80 - 02		AGRICULTURA
207	TRATOR AGRÍCOLA	PATRIMÔNIO 20744	TRAÇÃO 4X4		AGRICULTURA
208	TRATOR AGRÍCOLA COM TRAÇÃO 4X4	PATRIMÔNIO 28278	MAHINDRA/ MODELO 607	2022	AGRICULTURA
209	TRATOR		MAHINDRA 01		AGRICULTURA
210	TRATOR		MAHINDRA 02		AGRICULTURA
211	TRATOR MF292		MASSEY FERGUSON		AGRICULTURA
212	TRATOR		JOHN DEERE 5080E	2025	AGRICULTURA
213	PÁ CARREGADEIRA		NEW HOLLAND / W12D	2025	AGRICULTURA





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

214	MOTONIVELADORA		NEW HOLLAND / RG170B	2025	AGRICULTURA
215	RETROESCAVADEIRA		NEW HOLLAND / B110C	2025	AGRICULTURA
216	RETROESCAVADEIRA		NEW HOLLAND / B110C	2025	AGRICULTURA
217	CAMINHÃO	UBL-4C71	VOLVO VM 360 4X2T	2026/2026	AGRICULTURA
218	CAMINHÃO	SEL-9A50	M.BENZ 416 FLASH AMB	2022/2022	BOMBEIRO
219	CAMINHÃO	TAP-3D914	MERC/ BENZ/ATEGO 1733 TRIEL B	2024/2025	BOMBEIRO
220	CAMINHÃO	AUB- 6349	SCANIA G 420 B8X4	2011	BOMBEIRO
221	ÔNIBUS	UBQ-1J01	VW/NEOBUS 8.180E	2026/2027	EDUCAÇÃO
222	ÔNIBUS	UBU-3G77	VW/NEOBUS 8.180E	2026/2027	EDUCAÇÃO

### 15.3 Roçadeiras

Nº	NOME DO EQUIPAMENTO	Nº DO PATRIMÔNIO	MODELO/MARCA	SECRETARIA
223	ROÇADEIRA	21183	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
224	ROÇADEIRA	21184	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
225	ROÇADEIRA	21317	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
226	ROÇADEIRA	21318	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
227	ROÇADEIRA	21319	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
228	ROÇADEIRA	24850	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
229	ROÇADEIRA	24851	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
230	ROÇADEIRA	24852	FS 220/STIHL	Cons. Urbana



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

231	ROÇADEIRA	24853	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
232	ROÇADEIRA	26409	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
233	ROÇADEIRA	26410	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
234	ROÇADEIRA	26411	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
235	ROÇADEIRA	26992	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
236	ROÇADEIRA	26993	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
237	ROÇADEIRA	26994	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
238	ROÇADEIRA	26995	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
239	ROÇADEIRA	26996	FS 220/STIHL	Cons. Urbana
240	ROÇADEIRA	29217	FS 221/STIHL	Cons. Urbana
241	ROÇADEIRA	29218	FS 221/STIHL	Cons. Urbana
242	ROÇADEIRA	29219	FS 221/STIHL	Cons. Urbana
243	ROÇADEIRA	29220	FS 221/STIHL	Cons. Urbana
244	ROÇADEIRA	29221	FS 221/STIHL	Cons. Urbana
245	ROÇADEIRA	28995	FS 220/TRIMCUT 41-2 STHIL	Ass. Social
246	ROÇADEIRA	28997	FS 220/TRIMCUT 41-2 STHIL	Ass. Social
247	ROÇADEIRA	018582	2000 33CC 2 TEMPOS	Comércio, Indústria



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### ANEXO II

#### MODELO DE PROPOSTA FINAL

(uso obrigatório por todas as licitantes)

(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone e e-mail), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico nº \_/2025 de acordo com especificações constantes no edital e anexos, conforme segue:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA/ORIGEM	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**Obs. Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, ajustado ao lance vencedor, de acordo com o Anexo I do Edital.**

**O valor total da Proposta é de: R\$ \_\_\_\_ (\_\_\_\_)**

Conta Corrente nº \_\_\_\_ Agência \_\_\_\_ Banco \_\_\_\_ PIS nº

(Obrigatório quando MEI) \_\_\_\_

Nos preços cotados já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação e demais despesas constantes no edital e anexos.

Declaramos nos termos do Art. 63, § 1º da Lei 14.133/21, que, em nossa proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas no edital e seus anexos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025 (Local e data)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pela empresa  
(Nome Legível/Cargo)



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### ANEXO III

#### DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA HABILITAÇÃO

##### 1. DOS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DE HABILITAÇÃO

###### 1.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização em se tratando de sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

1.1.1. Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.

###### 2.2. DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame.
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de Negativa, relativa a tributos federais e dívida ativa da União.
- d) Certidão de Regularidade de Débitos Tributários expedida pela expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei.
- e) Certidão de Regularidade de Débito com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
- f) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da apresentação do CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- g) Certidão negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou positiva de Débitos Trabalhistas com efeitos de Negativa, em cumprimento à Lei nº 12.440/2011 e à Resolução Administrativa TST nº 1470/2011.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### 2.3 QUANTO À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por 01 (uma) ou mais pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem que a empresa proponente realizou a entrega de produto ou serviço é compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, especialmente quanto às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto;

### 2.4. Outras Comprovações

2.4.1. Comprovante de registro junto a ANP – Agencia Nacional do Petróleo.

2.4.2. Laudo de inspeção do Corpo de Bombeiro vigente;

2.4.3. Licença vigente emitida pela Vigilância Sanitária do Município sede da empresa;

2.4.4. Comprovante de licença vigente de operação junto IAP - Instituto Ambiental do Paraná;

2.5. Conforme previsto no item 9.19 do Edital, caso os documentos de habilitação não mencionarem o prazo de validade e/ou validação, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado e/ou definido neste edital.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### ANEXO IV

#### DA MINUTA DE ATA DE REGISTRO

PREGÃO ELETRÔNICO N°

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE JACAREZINHO E A EMPRESA \_\_\_\_\_.

O **MUNICÍPIO DE JACAREZINHO**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede à Rua Cel. Batista, n.º 335, Centro, nesta cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o n.º 76.966.860/0001-46, neste ato representado por sua Prefeito Municipal, SR. **MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Jacarezinho, PR, na Rua João Paneguini, 46, Parque dos Mirantes, portador da Cédula de Identidade RG n° 7.789.283-4 SSC/PR, inscrito no CPF sob n.º 031.836.199-03, de ora em diante denominada ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado à empresa \_\_\_\_\_, cadastrada no CNPJ sob o número \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ – \_\_\_\_/\_\_\_\_ – Telefone (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ e e-mail: \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Senhor \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ portador da Cédula de Identidade RG n° \_\_\_\_/\_\_\_\_ e inscrito no CPF/MF sob n° \_\_\_\_\_-\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, n° \_\_\_\_ – \_\_\_\_/\_\_\_\_ de ora em diante denominada DETENTORA(S), resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços nos termos da Lei Federal n° 14.133 de 01 de abril de 2021:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** O objeto do presente Contrato se dá para a contratação de pessoa jurídica para (objeto).

DETENTORA(S) PELA ORDEM:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO / DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Os objetos deverão ser de boa qualidade

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUJEIÇÃO AO EDITAL E SEUS ANEXOS



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

**2.1.** A Detentora ratifica sua sujeição a todas as exigências do Edital de Pregão Eletrônico nº, que constitui parte integrante desta Ata de Registro de Preços, junto com a proposta vencedora, exceto no que esta última vier a contrariar as normas especificadas nos instrumentos da contratante.

**2.2.** A existência de preços registrados não obriga o Município de Jacarezinho a firmar contratações que deles poderão advir.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

**3.1.** Os preços registrados, de acordo com as especificações do produto, bem como as marcas, quantidades estimadas de cada item registrado para a Fornecedora são os relacionados na cláusula primeira.

**3.2.** O valor global da Ata de Registro de Preços é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

**3.3.** A ata de registro de preços poderá sofrer reajuste, repactuação e revisão nas hipóteses legais.

### CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E EMPENHO

**4.1.** O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega e mediante a emissão da Nota Fiscal eletrônica. É obrigatória a inscrição da declaração, no corpo da nota fiscal: Referente ao Pregão Eletrônico nº– Processo nº– Ata de Registro de Preços nº – Autorização de Fornecimento nº e os dados bancários da empresa.

**4.1.1.** O CNPJ da Nota Fiscal deverá ser o mesmo da Autorização de Fornecimento.

**4.2.** As aquisições decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão formalizadas por intermédio de Autorização de Fornecimento, com base nas condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº e cláusulas complementares acordadas entre as partes.

**4.3.** As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Detentora e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DA VIGÊNCIA DA ATA

**5.1. DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA:** A empresa contratada deverá realizar a entrega conforme solicitação do departamento solicitante após envio da autorização de fornecimento.

**5.2. DO LOCAL DE ENTREGA:**

**5.3. DA VIGÊNCIA:** A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, prorrogáveis se houver interesse entre as partes.

**5.4.** Toda Autorização de Fornecimento emitida dentro da vigência desta Ata de Registro de Preços substituirá a formalização de contrato e terá vigência de 12 (doze) meses.

### CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES PELO INADIMPLEMENTO





# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

**6.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela administração municipal, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às seguintes penalidades:

- I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor global da obrigação não cumprida; ou
- II. O pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.

**6.2.** O atraso injustificado na efetiva consecução do objeto contratado, sem prejuízo do disposto no §9º do artigo 156, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada por dia de atraso da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

- I. Atraso de até 30 (trinta) dias, multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, a contar da data inicial do descumprimento; e
- II. Atraso superior a 30 (trinta) dias, multa de 1% (um por cento) ao dia.

**6.3.** Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, poderão ser aplicadas ao contratado as seguintes penalidades:

- I. Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida; ou
- II. Multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação para o mesmo fim.
- III. Ressarcimentos de eventuais danos ocasionados face a inexecução do contrato.

**§ 1º.** A mora será considerada a partir do primeiro dia subsequente ao término do prazo para a execução do ajuste.

**§ 2º.** O valor do ajuste a servir de base de cálculo para as multas referidas nos artigos anteriores, será o global reajustado até a data de aplicação da penalidade.

**§ 3º.** As multas serão corrigidas monetariamente, de conformidade com a variação do IPC/FIPE, a partir do termo inicial, fixado no artigo 5º, até a data de seu efetivo recolhimento.

**6.4.** As sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo Secretário Municipal da pasta interessada, pelo Prefeito, ou pela autoridade administrativa indicada, após processo administrativo próprio.

**Parágrafo único.** O processo administrativo próprio para aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, será conduzido por Comissão Permanente Processante a ser instituída por meio de Portaria editada pelo Secretário da respectiva pasta solicitante e recairá sobre servidores nomeados.

**6.5.** Da decisão cabe recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

**§ 1º.** O recurso será dirigido à Autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**§ 2º.** Caso a decisão tenha sido proferida pelo Prefeito, caberá apenas o pedido de reconsideração de ato no prazo previsto no caput deste artigo, a qual terá prazo de 20 (vinte) dias para proferir sua decisão.

### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO**

**7.1.** Em caso de rescisão da ata de registro de preços poderá ser feita amigável ou judicialmente, nos expressos termos da legislação aplicável à espécie.

### **CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSFERÊNCIA DA RESPONSABILIDADE**

**8.1.** Com a assinatura desta Ata de Registro de Preços, a empresa DETENTORA, que teve o seu preço registrado assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados.

**8.2.** Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com a necessidade da Secretaria Requisitante, por meio da emissão de Autorização de Fornecimento.

**8.3.** A Ata de Registro de Preços é um compromisso de fornecimento firmado pelo licitante vencedor e tem características de compromisso para futura contratação, que será formalizada por meio de Autorização de Fornecimento.

**8.4.** Fica expressamente vedada à empresa detentora a transferência de responsabilidade do fornecimento do objeto contratual do Pregão Eletrônico nº– Processo nº a qualquer outra empresa, no seu todo ou em parte.

### **CLÁUSULA NONA – DO GESTOR E FISCALIZADOR DA ATA DE REGISTRO**

**9.1.** É obrigação do ÓRGÃO GERENCIADOR fiscalizar a presente ata de registro de preços.

**9.2. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO:** Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, serão designados representantes da Secretaria Requisitante para acompanhar e fiscalizar a execução da ata de registro, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de faltas ou defeitos observados, informará seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, o fiscal será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**9.2.1.** A responsabilidade pela fiscalização desta ata de registro:

Nome:

Cargo:

CPF:



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

**9.3.** Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da DETENTORA, a fiscalização deverá, de imediato, comunicar por escrito ao Gestor do órgão de administração do ÓRGÃO GERENCIADOR, que tomará as devidas providências, podendo acarretar a aplicação das sanções previstas em lei e no contrato.

**9.4.** A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a DETENTORA da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.

**9.5.** Em caso de registrar inconformidades, a Secretaria Requisitante entrará em contato com o fornecedor para os ajustes ou correções dos produtos entregues e aguardar a resposta da Empresa no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas.

**9.6.** Não havendo retorno e/ou efetuação da correção por parte da Contratada, será encaminhado a Secretaria Requisitante, que encaminhará a documentação ao departamento de Licitação, que tomará as devidas providências.

**9.7.** A responsabilidade pela gestão desta Ata de Registro de Preços será a Secretária Municipal Requisitante, a Senhor (a)....., solicitante do objeto referente a esta licitação.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1.** Assegurado o contraditório e a ampla defesa, a empresa detentora terá seu Registro de Preços cancelado quando:

**10.1.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

**10.1.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

**10.1.3.** Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

**10.1.4.** Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.** O cancelamento do registro de preços também poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I. Por razão de interesse público; ou

II. A pedido do fornecedor.

**10.3.** Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a fornecer, nas condições estabelecidas no ato convocatório, respectivos anexos e na própria ata.

**10.4.** Os pedidos de fornecimento ocorrerão de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal Requisitante, por meio da emissão de Autorização de Fornecimento.



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

**11.1.** Este termo contratual fica vinculado ao edital de licitações referente ao Pregão Eletrônico nº– Processo nº.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

**12.1.** Manter durante toda a vigência da ata compatibilidade com as obrigações por elas assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**12.2.** Arcar com as despesas de carga e descarga e de fretes referentes a entrega dos produtos, inclusive as decorrentes da devolução e reposição das mercadorias recusadas por não atenderem ao edital.

**12.3.** Responder por quaisquer danos causados ao Município ou a terceiros, oriundos de sua culpa ou dolo durante o fornecimento do objeto.

**12.4.** Atender a toda a legislação vigente (no âmbito federal, estadual e municipal), durante o fornecimento do objeto deste instrumento.

**12.5.** A Detentora obriga-se a fornecer objeto desta licitação, conforme especificações e condições estabelecidas neste Edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas neste Edital, principalmente no tocante à unidade de fornecimento e à marca indicada durante o certame licitatório, conforme condições estabelecidas neste Edital.

**12.6.** Em caso de descontinuidade, parada de produção, falta de insumos/matéria prima ou outra razão, a empresa deverá comunicar ao gestor da Ata, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, e encaminhar documento do fabricante confirmando a ausência do material no mercado.

**12.7.** A Detentora deverá suprir a demanda substituindo os referidos materiais por outros de igual ou superior qualidade e manter todas as condições da proposta, inclusive quanto ao preço.

**12.8.** E em caso de eventuais defeitos nos produtos fornecidos, os mesmos deverão ser prontamente corrigidos pela Detentora e deverão ser substituídos por novos, sem ônus para o Órgão Gerenciador.

**12.9.** Entregar o bem licitado em sua totalidade (conforme quantidades contidas nas Autorizações de Fornecimento), sendo que a entrega deverá ser realizada no endereço e prazo mencionados no Anexo 01 do Edital.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA

**13.1.** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Secretaria, Almoxarifado ou Departamentos da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão participante, desde que devidamente comprovada a vantagem.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

**14.1.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**14.2.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especiais os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei nº13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

**14.3.** As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

**14.4.** Em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, o ÓRGÃO GERENCIADOR, para execução de serviço objeto deste contrato, tem acesso aos dados pessoais dos representantes da DETENTORA, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, e cópia do documento de identificação.

**14.5.** A DETENTORA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, e, se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção de dados pessoais repassados pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

**14.6.** A DETENTORA fica obrigada a comunicar ao ÓRGÃO GERENCIADOR, em até 24(vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ADOTAÇÃO DE PRÁTICAS DE ANTICORRUPÇÃO, DEVENDO:**

**15.1.** Observar e fazer observar, em toda gestão do Sistema Municipal de Desenvolvimento Urbano, o mais alto padrão da ética, durante todo o processo de execução dos recursos de incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas;

**15.2.** Impor sanções sobre uma empresa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela gestão municipal se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação ou da execução de contratos financiados com recursos repassados pela SESA. Para os propósitos deste inciso, definem-se as seguintes práticas:

**15.2.1.** Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;



# MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

Estado do Paraná

## PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS

**15.2.2.** Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;

**15.2.3.** Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

**15.2.4.** Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

**15.2.5.** Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas, aos representantes da SESA, com o objetivo de impedir materialmente a fiscalização da execução do recurso.

### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Jacarezinho para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem certos e combinados, assinam o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor, para o mesmo fim acompanhado de duas testemunhas no presente ato.

JACAREZINHO/PR, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

MUNICÍPIO DE JACAREZINHO

(EMPRESA)

MARCELO JOSÉ BERNARDELI PALHARES

CONTRATADA

CONTRATANTE

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_

(FISCAL DO CONTRATO)

(GESTOR DO CONTRATO)